

Espionagem como objeto de História Política e Militar: Possibilidades e Perspectivas

Thiago da Silva Pacheco¹

RESUMO: a Espionagem se trata de uma atividade particularmente sensível, cujo sucesso ou fracasso pode acarretar consequências sérias no tocante a decisões políticas, diplomáticas e militares. Tema recorrente nas diferentes mídias, a Espionagem é também encontrada em todas as temporalidades da História, o que a torna um objeto potencialmente rico e relevante para os historiadores. Contudo, embora não falem estudos - teóricos, conceituais ou de caso - acerca de missões e agentes secretos, inexistente uma discussão teórico-metodológica que aborde em sentido histórico a Espionagem e, ato contínuo, as Operações Encobertas - que é um conceito distinto, porém relacionado, à Espionagem. Neste artigo, buscamos exatamente refletir acerca de perspectivas e possibilidades práticas para abordagens acerca da Espionagem e das Operações Encobertas, enquanto objetos situados entre a Nova História Política e a Nova História Militar. Não tendo a pretensão de esgotar o assunto, pelo contrário, objetivamos aqui incitar, propor e debater possíveis trabalhos nestas temáticas.

Palavras-Chave: Espionagem, Operações Encobertas, História Política, História Militar.

ABSTRACT: Espionage is a particularly sensitive activity, and the success or failure of which can have serious consequences for political, diplomatic and military decisions. A recurring theme in different medias, espionage is also found in all periods of history, which makes it a potentially rich and relevant subject for historians. However, although there is no shortage of studies - theoretical, conceptual or case studies - about missions and secret agents, there is no theoretical-methodological discussion that addresses Espionage in a historical sense and, at the same time, Covert Actions - which is a distinct but related concept to Espionage. In this article, we seek precisely to reflect on perspectives and practical possibilities for approaches to Espionage and Covert Actions, as objects situated between the New Political History and the New Military History. We don't intend to exhaust the subject; on the contrary, our aim here is to encourage, propose and debate possible work on these themes.

Keywords: Espionage, Covert Actions, Political History, Military History.

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Ateliê de Humanidades.

Introdução

O termo Espionagem costuma ser usado de forma muito ampla. Pode se referir desde o ato de bisbilhotar intimidades até o uso de tecnologias engenhosas para obtenção de dados sigilosos, passando por violações de privacidades, missões secretas e pelo trabalho de agentes em missões de assassinato, sabotagem, sequestro, resgate etc. O termo é, inclusive, evitado, devido a negativa carga moral e jurídica que carrega consigo (CEPIK, 2003, p.36).

Mas, em sentido estrito, espionagem se refere especificamente ao trabalho de mulheres e homens que, infiltrados ou partícipes de determinados espaços sociais, secretamente fornecem informações relevantes a uma determinada pessoa ou instituição. Quando colocamos o termo dentro desta definição, falamos de uma atividade relacionada ao que vem sendo classificado como Inteligência que, por sua vez, é, em síntese, a produção de conhecimento a partir da coleta e análise de dados. Este conhecimento se destina a um governante ou comandante, com o objetivo de abalizar suas decisões, tendo como indicadores sua relevância, a rapidez de sua entrega e a precisão de seus apontamentos (SIMS, 1995). Esta definição, noutra perspectiva não excludente, também seria a de disputa pelo segredo entre órgãos estatais, militares e /ou industriais (SHULSKY, 1995), ou uma Guerra nas Sombras – posto que lutada “nos bastidores do poder” - no entender de Woloszyn (2013, p.7).

Assim colocado, a espionagem se insere na Inteligência como uma dentre tantas formas de coleta de dados, para a produção de informações e para a obtenção de segredos. Estas formas de coleta são chamadas de “fontes”, no linguajar referente à literatura de Inteligência (ANTUNES 2002, CRUMPTON 2013), sendo espionagem parte do que normalmente se nomina fontes humanas, as quais, representadas pela sigla *HUMINT* (CEPIK, 2003, p.36)², englobam os dados adquiridos e transmitidos por pessoas. Assim, quando falamos de *HUMINT*, falamos de espiões ou informantes especificamente recrutados, treinados, pagos e/ou infiltrados por uma agência, de patrulhas em áreas ocupadas ou fronteiriças, de colaboradores esporádicos, de traidores e de populações migradas ou refugiadas, que são interrogadas de diferentes formas (HERMAN, 1996, p. 61-66). Isto diferencia estas fontes dos dados obtidos por interceptação de sinais (*SIGINT*), ou obtidos por fontes não sigilosas, como jornais, revistas, estudos acadêmicos, imagens liberadas ao público e internet (*OSINT*), entre outros tipos mais específicos³.

Nesta mesma direção, considerando que a espionagem é uma atividade se define como algo secreto - o que nos leva de volta à definição da Inteligência como disputa pelo segredo (SHULSKY, 1995) e uma “guerra nas sombras” (WOLOSZYN, 2013) – chegamos à uma atividade análoga, porém distinta, cujos fins vão além da coleta de dados. A tais atividades, a literatura especializada tem chamado de Operações Encobertas, que se constituem de missões como propaganda, desinformação, sabotagem industrial, científica ou econômica, fomento ou enfraquecimento de partidos políticos locais, auxílio a grupos combatentes na forma de apoio logístico, treinamento e, no limite, captura e mesmo assassinato de alvos estratégicos. Como se nota, boa parte destas atividades estão inclusas no que os estudos militares tem chamado de Operações

² De acordo com Cepik (2003, p.36) este termo “é um eufemismo tipicamente norte-americano, incorporado ao jargão internacional porque evita o uso do termo espionagem, muito mais pesado do ponto de vista legal e político”.

³ Neste sentido podemos falar *IMINT* - relacionada à coleta de dados através de imagens captadas principalmente por satélite - *MASINT* – dados obtidos através da assinatura de sinais tecnológicos, como aqueles emitidos por explosões atômicas, por exemplo – e assim por diante. Não pretendemos nos deter nestas classificações por fugirem à proposta deste trabalho. Para mais detalhes, ver CEPIK, 2003, pp.35-52.

Especiais, ou seja, missões de guerra não convencional, reconhecimento e contraterrorismo. Falamos aqui de missões nas quais o sigilo é imprescindível ou, no milite, existe a possibilidade da “negação plausível” da autoria destes tipos de missões, que se constituem de soluções alternativas quando um governo chega à conclusão de que a diplomacia é insuficiente para o alcance de seus interesses, porém o uso aberto e deliberado da força militar seria contraproducente ou demasiadamente arriscado (RADSAN, 2009. WIANT, 2012, CEPIK, 2003, p. 61-64).

Salientamos que não é apenas a questão do segredo que liga a Espionagem às Operações Encobertas, mas o fato de que, em geral – mas não obrigatoriamente – as mesmas Agências de Inteligência que empregam a espionagem – nos termos aqui utilizados – também se responsabilizam pelas Operações Encobertas. Isto porque a expertise do sigilo torna tais Agências mais próximas destas atividades, e também porque a capacidade alocada pela espionagem, na forma de contatos, refúgios, rotas clandestinas e redes de colaboradores, se torna fundamental para missões secretas em espaços sociais não controlados ou sensíveis (CEPIK, 2003, p. 61-64).

Considerando estes termos e estas definições, a Espionagem e as Operações encobertas envolvem refugiados, prisioneiros de guerra, soldados, diplomatas, agentes policiais e, no limite, qualquer pessoa recrutada por dinheiro, ideologia, coerção ou ego (CHARNEY e IRVIN, 2014). Se constituem, destarte, em objetos possíveis, pouco explorados, porém ricos de possibilidades, numa interface entre a Nova História Política e a Nova História Militar. Se trata de nos desprover do segredo que cerca estas práticas, e nos despir do glamour que o cinema e a literatura lhes concederam, para indagar sobre quem são os agentes secretos, como são recrutados e sob quais interesses, assim como o que são estas ações secretas e como se dão as Operações Encobertas. Com isso, se torna possível, encontrar, numa história dos espões e dos agentes secretos, algumas das partes significativas da política e da guerra no decorrer de toda História, abrindo-se amplo campo a se explorar.

Neste sentido, o que pretendemos é propor uma História da Espionagem e das Operações Encobertas, e discutir possibilidades teórico-metodológicas que permitam elucidar historicamente tanto a figura do espião como de outros indivíduos envolvidos com a atividade, em relação às formas de recrutamento, motivações, influência e função na guerra, na diplomacia ou na segurança. Antes, contudo, pretendemos apresentar melhor estas definições, situando-as, como colocado anteriormente, entre a História Política e a História Militar.

Uma interseção entre a História Política e a História Militar

Não é nenhuma surpresa notar que tanto a Espionagem como as Operações Encobertas são ferramentas historicamente ligadas à política e a guerra. Michael Herman (1996), assim como Marcos Cepik (2003), aborda a Espionagem, em sentido histórico, de forma transversal aos estudos das Ciências Políticas, das Relações Internacionais e, principalmente, das abordagens técnicas e estratégicas do próprio campo da Inteligência. Como demonstra Herman, a espionagem surge de três origens, sendo elas a guerra, a diplomacia e a polícia política, tendo o processo de racionalização da Espionagem ocorrido com a consolidação dos Estados Nacionais Modernos. O próprio termo “*the Intelligence*” teria

surgido das atividades de Francis Walsingham, ministro da rainha Elizabeth I, durante as guerras religiosas e tensões com os espanhóis no século XVI. Aliás, o mandado de Walsingham é tido como espécie de marco temporal para o surgimento histórico da Inteligência (WOLOSZYN, 2013, p. 17,18).

Mas, como a guerra e as relações entre entes políticos estabelecidos precede a Idade Moderna, disputas por segredos e o emprego de espões são encontrados desde a Antiguidade. A menção mais antiga à prática é, até onde se sabe, de Sun Tzu. No clássico “A Arte da Guerra”, é conhecida a exortação do sábio chinês em relação à importância do conhecimento prévio acerca dos oponentes, conhecimento este que “(...) Deve ser obtido das pessoas que, claramente, conhecem as situações do inimigo”. Estas tais “pessoas que claramente conhecem as situações do inimigo”, estão agrupadas em cinco tipos no famoso Manual de Guerra chinês: o espião *nativo* - camponeses e aldeões residentes no território inimigo - o espião *interno* - que ocupa algum cargo de importância no Estado ou no Exército rival - os espões convertidos - ou seja, um espião do lado inimigo, recrutado para o outro lado do conflito - os descartáveis - espões que se sabe terem sido descobertos pelo inimigo, ou mesmo deliberadamente entregues aos rivais - e, por fim, os espões *indispensáveis* - aqueles capazes de trafegar entre o espaço inimigo e retornar ao comandante.

A Arte da Guerra não é um caso isolado. Da antiguidade temos outras menções, especificamente a mensageiros portadores de cartas secretas, e a soldados que patrulhavam à frente das tropas ou avançavam em território inimigo, com a missão de verificar os recursos inimigos e os dados topográficos da região. Sabemos por Eneas, o Tácito, acerca do uso de batedores, de técnicas para esconder mensagens e até mesmo de criptografia para cifrar o conteúdo de suas cartas (NAVARRO, 2009, p.39,40; RANK, 2015, p. 26-34). Lívio menciona os *exploratores*, batedores a cavalo, e os *speculatores*, mensageiros responsáveis por atividades clandestinas além das linhas inimigas (SHELDON, 2005, p.18, 29,30).

Mais tarde, entre os séculos II e III, imperadores romanos, movidos pela preocupação com conspirações internas ou ameaças ao Império, cooptavam *delatores*, que prestavam informações em troca de recompensas. Também estabeleceram os temidos *Frumentarii*, que eram originalmente legionários com a função de abastecer as tropas. Suas atribuições os levavam a negociações diversas em todos os cantos do Império e com todas as camadas sociais, tornando-os muito bem-informados. Por esta razão, foram utilizados como fontes de informações pelos imperadores, tornando-se paulatinamente um equivalente a uma polícia política conforme recebiam autorização para prender, interrogar, torturar e até matar (RANK, 2015, p.36-44).

A aplicação dos batedores e o recrutamento de informantes entre territórios disputados não cessou durante a Idade Média - e, como veremos, é utilizada até hoje, na forma de unidades e reconhecimento e patrulha. Os cruzados, vindos da Europa e desprovidos de informações acerca dos inimigos, tiveram suas fraquezas exploradas - dependência de campo aberto para a cavalaria e escassez de água - por Saladino, que recrutou como informantes justamente os muçulmanos que viviam em territórios ocupados pelos invasores cristãos, sobretudo os que vendiam comida ou viviam próximos a nascentes de água. Também entre os árabes, cada Califa mantinha um *Kharbar* responsável por se iterar de fofocas, tramas e oposições políticas, os quais, inclusive, se utilizavam de viúvas influentes para espionagem palaciana ou local. Do lado do ocidente Cristão, a Igreja Católica - e eventualmente,

os reis europeus – passou a se valer de sacerdotes missionários que, sob a capa do ministério religioso, atuavam como informantes ou mensageiros secretos (VOLKMAN, 2013, pp. 46-57).

Mais tarde, com a Modernidade, e a consolidação dos Estados Nacionais Modernos, a cooptação por parte de diplomatas de informantes em altas esferas governamentais, além do uso de sacerdotes, marinheiros e comerciantes como fontes de informações se tornou cada vez comum. Aliás, foi este o contexto no qual atuou sir Francis Walsingham. Maquiavel chegou a mencionar a necessidade do conhecimento acerca dos inimigos, e foi também neste contexto que surgiu o famigerado Gabinete Negro, responsável por violar a correspondência dos nobres com o fim de averiguar sua lealdade (WOLOSZYN, 2013, p. 17,18).

Em temporalidade semelhante, porém retornando ao Extremo Oriente, temos os manuais *ninja* como o *Bansenshukai*, que versam sobre espionagem, propaganda, sabotagem e assassinato. Para Stephen Turnbull (2015), *os ninja*, da forma como os conhecemos, não passam de uma Tradição Inventada - no sentido proposto por Hobsbawm - pelas províncias de Tega e Koga. Mas, isso não significa que não haja historicidade alguma por trás de algumas práticas do *Bansenshukai*, datado do Período Edo (1603-1868). A descrição de procedimentos de observação avançada, mentira, trapaça, emboscadas, sabotagens, envenenamento e até *sexpionage* podem ser exageradas, até mesmo fantasiosas. Mas sua simples menção demonstra, ao mesmo tempo, alguma consciência acerca da necessidade destes expedientes em disputas políticas ou militares.

As tensões na Europa e as novas nações que surgiram no século XIX, bem como o desenvolvimento na guerra, da diplomacia e da Segurança Nacional nos moldes como os conhecemos hoje, trouxeram um novo grau de sofisticação e profissionalização da prática da espionagem. Seções policiais voltadas para a Segurança Interna surgiram ou se sofisticaram neste século, enquanto Exércitos e Marinhas estabeleceram setores de coleta de dados por tropas de reconhecimento, informantes ou mesmo detecção de sinais (HERMAN, 1996). Estes órgãos de Inteligência se desenvolveram no decorrer do século XX, tendo a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria como contextos de demandas e disputas que as levarão ao formato do campo como os entendemos hoje, até o advento da guerra cibernética do século XXI.

Em relação às Operações Encobertas e demais operações secretas de caráter especial, suas definições conceituais e análises vem de estudos estratégicos ou militares, como os de Wiant (2012) e Radsan (2009). Como no caso da espionagem, há levantamentos documentais e estudos de caso acerca da aplicação institucional deste tipo de operação, como é o caso de Blanc (2010) e do próprio Radsan (2012), em relação às atividades da CIA; Andrew (2001) em relação aos serviços secretos soviéticos; de Wiant (2012) e Cormac (2014) em relação aos ingleses durante a Guerra Fria (em especial a “abordagem do alfinete” - “*pinprick approach*”); e de Bar-Zohar, no tocante as desenvolvoltas missões do Mossad.

Em todos estes casos, vemos mulheres e homens se envolvendo diretamente em missões secretas e fornecendo informações a líderes políticos ou militares, pelas mais distintas razões. Alguns, como Chervalier D'èon, que trabalhou como espiã para o rei Luis XV como uma mulher transgênero devido a seus traços andrógénos, tinham origem nobre, além de reconhecida carreira diplomática e militar (VOLKMAN, 2013). Mas a maior parte dos espões e agentes secretos são pessoas comuns, fora do

epicentro de poder político, que tomam parte da política externa ou da segurança nacional por meio de sua atuação como informantes, do cumprimento de suas missões como soldados ou da colaboração com um determinado governo. Isto é de especial interesse para a História Política, por muito tempo foi acusada de ser personalista, episódica e elitista, mas que há décadas tem buscado inserir novos atores e lançar luz sobre a participação das massas ou de grupos sociais específicos, tanto em eventos quanto nas estruturas políticas (REMOND, 2003). Falamos também de pessoas comuns que têm municiado com segredos a diplomatas e governantes desde o início da modernidade, ou que, no tocante à Segurança Interna, em contextos ditatoriais ou mesmo de degeneração de democracias, atuam como delatores e colaboradores, sob o manto do segredo, dando sua parcela de sustentação ao regime e dele se valendo para vinganças ou rixas pessoais (DA SILVA, 2010).

Na mesma direção, também é relevante saber como se dão as ações que antecipam e roubam informações, desinformam e geram confusões, encobrem e despistam etc. Nisso podemos encontrar contribuições em relação à Nova História Militar, que tem se ocupado dos rostos ignorados pela guerra, das experiências dos praças, dos soldados e dos voluntários, para além dos relatos dos comandantes ou generais (SOARES E VAINFAS, 2012). São homens e mulheres que têm tomado parte na guerra por meio da disputa pelo segredo, na prestação de informações, na observação avançada, nas operações especiais, na sabotagem e na guerrilha. Isso desde a Antiguidade, com os Olhos do Rei na Assíria e na Pérsia, ou com os *exploradores*, *delatores* e *Frumentarii* que serviam aos romanos, até os jovens do SOE (*Special Operations Executive*), os agentes secretos do Mossad ou membros das Forças Especiais em diferentes contextos do século XX e início do século XXI (KEEGAN, 2006, p.27; NAVARRO, 2009 p. 61).

Uma História da Espionagem e das Operações Encobertas se localizaria, assim, numa interseção entre a Nova História Política e a Nova História Militar, lançando luz sobre anônimos que tomaram parte em significativos empreendimentos políticos e militares, observando seus métodos, examinando seus sucessos e compreendendo seus fracassos.

Algumas delimitações conceituais

Contudo, também é necessário delimitar melhor as figuras envolvidas nestas atividades. Tomemos como ponto de partida as circunstâncias nas quais o informante ou agente de operações atua. Sobre isso, Navarro (2009, pp. 208-252) estabeleceu três categorias de indivíduos. A primeira, encontrada desde a antiguidade, seria composta de batedores a pé ou a cavalo, incumbidos de observar tanto as unidades inimigas quanto o terreno; de engenheiros, exploradores, comerciantes e cartógrafos capazes de fazer a mesma observação de tropas e, mais ainda, conceder dados técnicos sobre geografia, clima, população etc; e, por fim, de colaboradores oriundos do território inimigo. A segunda categoria seria de desertores, prisioneiros e fugitivos, capturados ou recrutados como informantes; a terceira seria composta pelos “espíões honoráveis”, posto que ligados às altas esferas sociais, embaixadas e representações diplomáticas.

Quanto à figura do espião “profissional”, ou seja, de um homem ou mulher com um treinamento específico para a espionagem, parece ter suas origens na Europa no século XIX, quando ocorre uma

racionalização dos procedimentos e métodos relacionados ao segredo (HERMAN, 1996 p.65-66). Os funcionários de carreira de uma Agência de Inteligência são chamados de Oficiais de Inteligência, sendo não apenas treinados no ofício como responsáveis por recrutar e gerenciar o trabalho das suas fontes. Dentre estas fontes pode haver homens e mulheres que conscientemente colaboram com este oficial, sendo chamados Agentes, os quais podem ou não contar com algum treinamento formal, se distinguindo de informantes mais casuais como viajantes, moradores de áreas ocupadas, refugiados, migrantes e prisioneiros de guerra (CEPIK, 2003, p.36, 37).

Expostos estes dados, e considerando-se a possibilidade de um conceito como agrupador e definidor de uma determinada categoria para análise, como argumenta Barros (2021, pp.9-36), acreditamos poder definir historicamente o que é um espião como uma pessoa que, de forma consciente e sigilosa, presta informações a um gerenciador – oficial de inteligência um general, diplomata, chefe de polícia política etc. Estas pessoas podem ser desde homens ou mulheres efetivamente treinados em métodos racionalizados de espionagem, e aqui se inclui soldados em operação de reconhecimento - principalmente se operam disfarçados atrás das linhas inimigas - até delatores, contatos e colaboradores espontâneos e amadores. No linguajar técnico da Inteligência, os espiões pagos com status de funcionário de um determinado governo ou exército são chamados de *Agentes*, enquanto os colaboradores externos são chamados de *Ativos*. Em relação aos Agentes, ainda temos categorias anexas da linguagem de Inteligência que podem aprimorar suas definições, como *Toupeiras*, que são agentes bem enraizados numa estrutura governamental, militar, social ou institucional, e *Agentes Adormecidos* ou em hibernação, que levam uma vida normal num determinado meio social até serem “ativados” (VOLKMAN, 2013).

Note-se que o termo utilizado para o conceito nada mais é que sua representação verbal, diferente do conjunto de elementos que o compõem, determinando o grau de *compreensão* do mesmo. Objetos que apresentem elementos distintos escapam à extensão do conceito, impondo adaptações ou mesmo a criação de um conceito novo (BARROS, 2021, pp.96-128). Compreendidas estas questões teóricas, aqui é preciso demarcar uma diferença que nos leva à delimitação de mais conceitos, na medida em que um espião é alguém que secretamente presta informações. Informar e delatar são coisas bem distintas de sabotar, sequestrar, resgatar, extraviar, treinar insurgentes locais, refugiar e transportar combatentes, ou empreender campanhas de difamação e propaganda. Nestes casos, diferente da espionagem, aqui falamos das já mencionadas Operações Especiais, ou das Operações Encobertas, quando empreendidas sob a pretensão da Negação Plausível (CEPIK, 2003, p. 61-64).

Pois bem, tais missões são postas em práticas por 1) componente orgânicos de Serviços Secretos, efetivamente treinados para tais atividades; 2) por militares oriundos das unidades de Operações Especiais de suas respectivas corporações; 3) por mercenários contratados; e/ou 4) por guerrilheiros, revolucionários, insurgentes, *partisans*, colaboradores ou terroristas locais, que são recrutados, orientados e municiados por um Comandante, Exército ou Agência. Estas quatro categorias não são estanques, podendo ser até mesmo mistas, mas todas elas tem em comum o fato de que não estão apenas fornecendo dados para tomadas de decisões, e sim operando intervenções políticas e militares diretas. São, portanto, dotados de elementos novos e suficientemente distintos, a ponto de demandar um novo conceito. Nestes casos, falamos aqui distintamente de oficiais e agentes operacionais, quando

militares ou ex-militares de filiação institucional, ou insurgentes e simpatizantes, no caso de guerrilheiros ou colaboradores locais. A CIA chama de Oficial de Operações de Pessoal⁴ e Oficiais de Operações Paramilitares⁵ os indivíduos responsáveis por organizar, recrutar e gerenciar estas atividades, e de agentes, os paramilitares, mercenários, guerrilheiros ou combatentes locais que farão parte do *team*. Especificamente no caso de um agente com a função de influenciar ou desestabilizar a política local, costuma-se usar o termo *Agente de Influência* (VOLKMAN, 2012).

Estas definições são necessárias a nível de precisão analítica, sob pena de perdermos a rigorosidade acadêmica e explicativa do fenômeno. Mas é preciso salientar que elas não são, de forma alguma, estanques. Apenas para ficar em alguns exemplos plausíveis, soldados em missões de reconhecimento podem ter suas atribuições ampliadas para sabotagem ou eliminação de alvos atrás das linhas inimigas diante de certas oportunidades. Agentes podem se ver em situações extremas, nas quais é necessário o sequestro ou mesmo eliminação de um determinado contato. Colaboradores locais podem ao mesmo tempo fornecer dados acerca do que sabem e auxiliar equipes de campo com esconderijo, transporte, comida ou disfarces. E Oficiais de Operações que estejam conduzindo atividades paramilitares, ou que estejam treinando, orientando e municiando grupos insurgentes locais, acumulam, também, a função de observar e relatar a situação a seus superiores. Por tudo isso, não é de modo algum raro que, nos termos aqui aplicados, um espião seja também um agente de campo em uma Operação Encoberta, um guerrilheiro local, e assim por diante.

Neste sentido, a separação conceitual aqui proposta é necessária, na medida em que tanto as atuais Agências de Inteligência como a literatura referente aos estudos deste campo separam, com muita clareza, atividades de coleta e análise de dados com objetivo de auxiliar a tomada de decisões, das intervenções políticas e militares diretas, efetuadas sob o manto do segredo (CEPIK, 2003, p. 61-64; SIMS 1995, p.4; SHULSKY, 1995, p.26). Esta demarcação é fulcral, inclusive porque coletar dados e produzir conhecimento são coisas completamente diferentes, em sentido técnico, ético e jurídico, de ações de sabotagem, sequestro, fomento a guerrilhas, assassinatos e propaganda. Mas o historiador que se empenhe numa História da Espionagem e das Operações Encobertas deve ter em mente que tanto as atividades de coleta de dados como as operacionais dependem do segredo e da capacidade alocada na forma de colaboradores que providenciem esconderijo, guiem por discretas rotas terrestres, marítimas ou aéreas, estabeleçam pontos de encontro seguros, ajudem com conhecimento da cultura local, e assim por diante. Isto se verificou na Guerra das Malvinas, quando os ingleses, após encolherem significativamente suas bases de espionagem, contavam apenas com interceptação de sinais e com os satélites norte-americanos, o que resultou numa hipermetropia que lhes permitia verificar o movimento de aeronaves e navios argentinos, mas deixavam-nos cegos quanto as entranhas decisórias em Buenos Aires e quanto ao tamanho, comando e movimentação de tropas argentinas. Sem falar na ausência de possíveis colaboradores locais, o que tornou as missões de reconhecimento e sabotagem atrás das linhas inimigas fundamentais, mas, também, muito mais difíceis (KEEGAN, 2006, 354-372).

Uma terceira delimitação se faz necessária. Até aqui, falamos daqueles que se empenham na Espionagem e nas Operações Encobertas de forma consciente. Contudo, significativa parte de

⁴ <https://www.cia.gov/careers/jobs/staff-operations-officer/>, acesso em 21 de setembro de 2023, 18:20.

⁵ <https://www.cia.gov/careers/jobs/paramilitary-operations-officer/>, acesso em 21 de setembro de 2023, 18:20.

HUMINT é efetuada de forma involuntária ou esporádica. Falamos aqui de refugiados, viajantes ou prisioneiros de guerra submetidos a interrogatórios (HERMAN, 1996 p. 61-66). No caso da Segurança Interna, podemos falar de policiais “comuns” – ou seja, que não são investigadores de Polícia Política, mas de outras unidades de policiamento “comum” – que “tropeçam” numa atividade subversiva; de denúncias anônimas de cidadãos em casos específicos; e de presos políticos interrogados, quase sempre, sob tortura – o que pode se dar também com prisioneiros de guerra. Está é uma camada particularmente sensível a ser analisada, justamente pela sua aleatoriedade e caráter não colaborativo. Noutros termos, estas pessoas não são espões, agentes, oficiais de inteligência ou de operações. É gente que simplesmente teve uma utilidade circunstancial para a atividade de Inteligência, sendo objetos da prática da coleta de dados, não sujeitos nas mesmas. Aqui abrimos uma trilha para uma História Política e Social que contemple como homens, mulheres e crianças eventualmente foram interrogados ou colaboraram por meio de delações, ou seja, uma história dos efeitos e desdobramentos que a atividade de Inteligência aflige na população civil, em determinado contexto histórico.

Demarcadas as definições conceituais, é preciso também atentar como elas se apresentam em cada contexto e quais suas especificidades, a fim de se evitar tanto a generalização grosseira quanto o anacronismo. Isto porque todo historiador se depara com dois níveis de definições verbais, sendo o primeiro nível as definições expressas nas próprias fontes históricas consultadas, e o segundo nível representado pelas definições técnicas utilizadas pelo historiador em seu ofício, como argumenta Barros (2011, p.247). Isto posto, as fontes que tratam de Espionagem ou de missões de caráter secreto em determinado contexto histórico, sobretudo as não ocidentais ou datadas de antes da Modernidade, podem trazer termos diferentes dos apresentados anteriormente, eivados de especificidades. Ainda segundo Barros, cada termo nada mais é que a expressão verbal do conceito, não passando de um instrumento de análise para o historiador em seu determinado tempo, na medida em que cada contexto histórico pode apresentar seus próprios termos para se referir às práticas de espionagem e missões secretas. Por isso, é o conjunto de elementos que compõem os conceitos que determinam sua aplicabilidade, cabendo ao historiador estabelecer as pontes explicativas entre as partes, sem perder de vista as especificidades do corte espaço-temporal que analisa.

Assim, o que hoje chamamos de *agente duplo*, ou seja, um agente ou ativo que trabalha para um concorrente e, secretamente, trabalha para outro empregador, é chamado por Sun Tzu de *espões convertidos*. Isso indica que na China do século IV havia pessoas em atividade análoga a de agentes duplos, atuando a mando de príncipes ou generais. Na Roma Antiga, os *exploratores*, enquanto batedores da cavalaria, e os *speculatores* que, recrutados entre os soldados romanos, estavam incumbidos de transmitir mensagens secretas e empreender atividades clandestinas atrás das linhas inimigas (SHELDON, 2005, p.18) empreendem atividades quase idênticas – na verdade, precursoras – das atuais unidades militares de reconhecimento e dos destacamentos de operações especiais das hodiernas agências de Inteligência. Ambos são distintos dos *índices* ou dos *delatores*, que eram informantes oriundos das localidades visadas pelo Exército, ou seja, o que a literatura de Inteligência chama hoje de *agentes e ativos*. No primeiro caso, falamos de cidadãos romanos, ou homens em vias de obter sua cidadania; no segundo temos homens ou mulheres não romanos buscando se adequar à nova realidade por meio da colaboração consciente e direta, questões importantes para uma História Política que visa compreender a participação dos grupos sociais subalternos nas questões de dominação (DA SILVA,

2014). Mais tarde, na Idade Moderna, nobres ou funcionários reais eram recrutados pelos diplomatas como espões, o que nos leva a distinção entre agentes com “cobertura oficial” ou seja, que operam com amparo diplomática, em distinção àqueles que não contam com tal proteção (CEPIK, 2003, p.38). E, durante o Estado Novo, Filinto Müller - chefe de Polícia de Getúlio Vargas - mantinha militares à paisana, além de funcionários de hotéis e de embaixadas estrangeiras, líderes sindicais e até meretrizes entre seus quadros de espões “D” ou Investigadores do “Serviço Secreto de Informações” (PACHECO, 2019).

Em todos estes casos vemos os dois níveis de definições verbais, as primeiras, das próprias fontes, as segundas, da nomenclatura estabelecida pela atividade de Inteligência no decorrer do século XX e utilizada pelo historiador para averiguar o caso em questão.

Instrumentais teóricos para uma História da Espionagem

A busca pelo rosto humano das pessoas comuns na guerra (SOARES e VAINFAS, 2012) e, num sentido amplo, envolvidas com a política ou com as Relações Internacionais, nos leva também a analisar às trajetórias destas pessoas pelos seus próprios dramas e expectativas. Se trata de compreender, mesmo com todos os hermetismos que impõem a alma humana, o que Marc Bloch (2002, p.133-141) chamou de “impulsos do coração”.

Neste sentido, analistas do campo da Inteligência tem buscado compreender as razões que levam uma pessoa a se envolver com a espionagem. Henry Crumpton (2013), Michael Herman (1996), David Charney e John Irvin (2014) agrupam estas possíveis motivações no acrônimo MICE: *money, ideology, compromise/coercion, ego*. Charney e Irvin incluem também a questão da vingança e do ressentimento.

Aqui, contudo, precisamos fazer uma inserção que julgamos importante. O acrônimo MICE, por mais esclarecedor que seja, deixa de fora um elemento importante, que diz respeito ao agente secreto profissional – nos contextos históricos em que havia tal sofisticação – ao soldado em Operações Especiais e aos investigadores de Polícias Políticas ou similares. Estes tipos profissionais podem muito bem trabalhar sob quaisquer aspectos do acrônimo MICE, inclusive porque tais aspectos não são estanques em cada indivíduo, como alertam os autores supracitados. Contudo, oficiais de Inteligência, agentes, soldados e policiais fazem parte de uma hierarquia, de onde obtém salário, sustento e status, hierarquia esta que estabelece seu próprio universo de valores e objetivos⁶. Assim, propomos inserir mais um C no acrônimo, transformando-o em MICCE. Este novo “C” seria de *Career* (Carreira), representando a obediência às instâncias de comando da Agência, do Exército, da Polícia, incluindo o desejo de subir na hierarquia e alcançar distinção. Aqui se insere tanto o dever, no sentido das obrigações institucionais impostas aos profissionais do campo, como um *sensu* de dever, introjetado – ou não - moralmente por eles.

Assim, as várias razões pelas quais uma pessoa decide se envolver com a espionagem ou as Operações Encobertas podem ser explicadas tendo o acrônimo MICCE - e suas adaptações – como

⁶ Isto pode nos remeter ao campo e ao habitus no sentido proposto por Bourdieu (1989), ou seja, jogar conforme as regras de um determinado meio social e receber dele as recompensas. Para um exemplo envolvendo uma Polícia Política, ver Pacheco (2022).

ponto de partida, compreendendo tanto posição hierárquica de agentes e soldados em missões secretas, como as pessoas bem informadas, em posições importantes e/ou com acesso a informações relevantes, que decidem fornecer informações em troca de dinheiro ou favores, que colaboram por convicções ideológicas – liberalismo, comunismo, luta antimperialista ou antifascista, etc -, que são coagidas de variadas formas, e/ou que se excitam com jogos secretos da espionagem. O acrônimo também pode ser conectado a elementos importantes da Teoria Social como propõe, por exemplo, Burke (2002), entre eles, apadrinhamento e corrupção enquanto elementos de recrutamento de espões (o M do *Money*), questões de identidade nacional, étnica ou religiosa em relação ao cumprimento de ordens institucionais (C de *Career*) ou à colaboração por ideologia (*Ideology*). Noutra direção, o acrônimo também suporta análises de colaborações com a Inteligência e a Segurança por meio de delações, motivadas por vinganças ou rixas derivadas também de razões raciais, nacionais e éticas, como alertou Francisco Carlos Teixeira da Silva (2010).

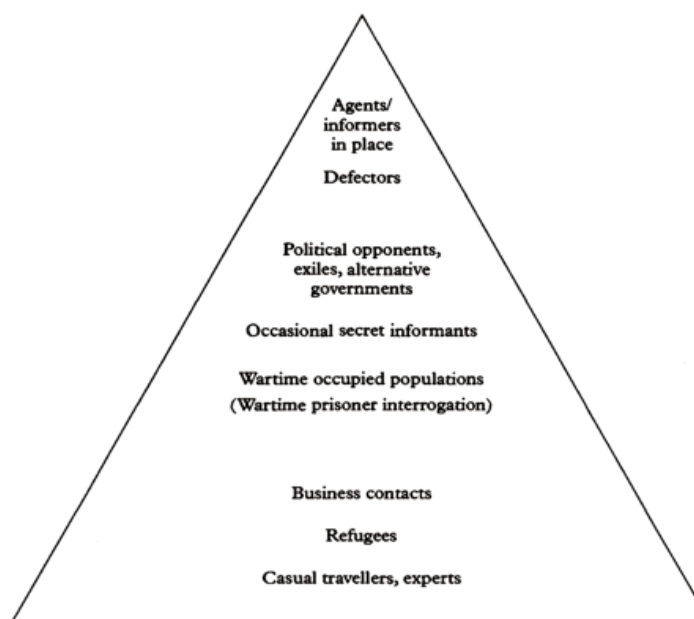
Na mesma direção, as categorias de gênero, como propõem autoras tais quais Scott (1991) e Soihet (1997), abrem a possibilidade de analisar o papel social tanto dos disfarces quanto das relações institucionais das mulheres que trabalharam com a Espionagem e as Operações Encobertas. De imediato, isto nos leva à problemática em torno da prática da "*sexpionage*", um expediente que de fato tem sido aplicado (NIGEL, 2009) a ponto de se tornar um *tropos narrativo* comum no século XX (WHITE, 2007). Chamadas de *Swallows* - sua versão masculina é chamada de *Raven* - no jargão da Inteligência, vemos figuras assim em relatos variados, como nas Escrituras - com Raabe e Dalila (Js. 2 e Jz.16) - nas menções às *kunoichi* a serviço dos ninja, e no sensacionalismo envolvendo Mata Hari. Mesmo que se questione a historicidade das Escrituras, a confiabilidade do manual ninja *Bansenshukai*, e a espetacularização em torno de Mata Hari, estas narrativas demonstram que a figura da mulher que usa de sexo para descobrir ou guardar segredos existia e era conhecida nos contextos em que estas narrativas foram escritas. A é salientar que tais relatos são questionáveis não apenas quanto a historicidade e precisão, mas, principalmente, quanto ao fato de serem todos de autoria masculina, demandando aqui uma cuidadosa análise que destrinche o que é de fato a atuação de mulheres, por meio do sexo, na espionagem, ou apenas projeções de desejos masculinos (ROUDINESCO e PLON, 1998) por meio da fetichização da espionagem.

Assim, estamos aqui diante das questões do *girlpower* e *pussypower* aplicados na *sexpionage*, mas que demandam ir além, na medida em que a questão ficcional é menos o problema do que a fetichização masculina, posto que, se a *sexpionage* é uma realidade – e toda realidade pode se tornar ficção na “tessitura da trama”, como argumenta Ricoeur (1994, pp.101-110) -, o exagero e a redução da espia ao uso do sexo não é, como se verifica na trajetória de agentes que jamais usaram a sedução, mas, sim, os mesmos métodos “normativos” – ou seja, tidos como “masculinos” – do jogo, como Gertrude Bell, Violet Szabo, Elsbeth Schragmüller e Virginia Hall. De forma semelhante, se trata de verificar como a atuação das mulheres na Espionagem e nas Operações Encobertas – por meio do sexo ou não – permitiu que elas explorassem fissuras na hierarquia de gênero, alcançando patentes militares, condecorações, status e respeito (PACHECO, 2022b).

Aqui também se faz oportuna uma breve observação. Ao empreender uma história da Espionagem, cabe especial cuidado com as formas pelas quais estas mulheres e homens surgem

representados nos diferentes relatos, no sentido empregado por Roger Chartier (1991), ou seja, os sentidos atribuídos à vida e façanhas destes indivíduos. Estas representações podem e frequentemente são desproporcionais à eficácia ou relevância da espia ou do espião, cuja “fama” – atributo evidentemente paradoxal para quem trabalha com segredos – é empalidecida ou mesmo injustificada diante de suas conquistas. O exemplo mais claro é o de Mata Hari. Por ser uma mulher divorciada, desinibida e autônoma numa sociedade patriarcal, é indubitavelmente figura valiosa para estudos de gênero. Inclusive seu trágico desfecho se deu por misoginia e oportunismo dos tribunais franceses, que utilizaram da fama dela como exótica e sensual agente dupla como justificativa para as derrotas francesas. Contudo, a verdade é que a atuação de Mata Hari como espia foi pífia, sem nenhum impacto na Primeira Guerra Mundial, a despeito do glamour e das referências midiáticas, insistentes até hoje, como uma “grande espia”. O fato dela ter fracassado utilizando da *sexpionage* é um relevante estudo de caso justamente acerca das limitações do método – que, aliás, se tornou um dos muitos clichês midiáticos da espionagem. Na mesma esteira, o fato dela ter servido como bode expiatório devido o estereótipo da “espia, dançarina exótica, estrangeira, imoral e traidora”, demonstra como a espionagem extrapola o segredo e pode se tornar inclusive elemento de propaganda política, até mesmo de “populismo penal”, para ocultar os fracassos de um governo ou comando militar. Se trata, portanto, de ir além das representações, e compreender os usos, limites e desfechos dos espiões.

Além do acrônimo MICCE e suas possíveis conexões com a Teoria Social, podemos lançar mão de uma ilustração que permita compreender tanto a dinâmica do fornecimento de dados por parte de informantes, espiões e demais pessoas pelas quais se obtenham estes dados, quanto a relação delas com a instituição ou comandante a quem servem (CEPIK, 2003, 36-38). Chamada de uma Pirâmide de Inteligência, esta ilustração vem a ser mais um elemento teórico útil para uma História da Espionagem. O esquema, criado por Michael Herman, ilustra como as fontes humanas se relacionam com Agências de Inteligência (HERMAN, 1996, p. 61-66) e, nele, as fontes cujos dados fornecidos são menos significativos compõem a base, enquanto o topo é reservado para as fontes capazes de fornecer dados potencialmente mais valiosos e confiáveis. Assim, na base na pirâmide, estão viajantes – turistas, Marinha Mercante, etc. –, refugiados, contatos no mundo dos negócios e informantes casuais. Na parte intermediária da pirâmide estão populações de territórios ocupados, prisioneiros de guerra interrogados e políticos que fazem oposição ao inimigo. Próximo ao topo, temos os agentes de Inteligência propriamente ditos, sobre os quais figuram os agentes de órgãos de Inteligência adversários, funcionários de departamentos do governo concorrente – generais, diplomatas, membros de comissões científicas, etc. – e componentes de grupos clandestinos que secretamente também trabalham para a Agência.



Estes exemplos no modelo de Herman ilustram, de forma geral, o trabalho de Inteligência Externa, principalmente de potências ocidentais, a exemplo da CIA e do MI-6. A ilustração não abrange – e, ressalte-se, não se propõe a fazê-lo – outras situações e/ou contextos históricos. Porém, como o mesmo modelo determina posição das fontes na pirâmide pelo nível de acesso e pelo grau de confiabilidade, não se restringe a esta modalidade de Inteligência. Neste sentido, ao se considerar que as proposições de um determinado autor podem e devem ser “retificadas, refinadas e rediscutidas” (BARROS: 2011, p. 237, 243-245), propomos que, ao se ajustar o conceito para estudos de casos específicos, podemos obter uma análise mais detalhada dos recursos humanos empregados, considerando a Pirâmide de Humint como uma escala de importância e relação institucional estabelecida por uma agência, comandante ou chefe, acerca de suas fontes. Noutros termos, para análises historicamente mais específicas, seriam necessários determinados ajustes nas posições da pirâmide e um maior detalhamento das categorias que a compõem.

A ilustração de Herman se tornaria, neste sentido, um ponto de partida para estudos de caso específicos e para uma compreensão mais apurada acerca dos indivíduos que fornecem informações, das circunstâncias de fornecimento e da relação deles com a Agência ou comandante. Ajustes conceituais como estes são importantes no campo teórico-metodológico, justamente a fim de evitar a estagnação discursiva referente a um determinado conceito (BARROS, 2011, p. 237, 243-245). Devidamente ajustada a cada contexto histórico, a Pirâmide de Humint permite esquematizar os tipos de indivíduos fornecedores de dados, sua relação com os recrutadores e a profissionalização, tanto dos informantes quanto do processo de fornecimento.

Outra utilidade desta ilustração reside na possibilidade de uma análise de mão dupla do trabalho de Inteligência Humana: pelo lado da Agência, do Comandante ou do Chefe de Polícia, a Pirâmide de Herman demonstra quais segmentos sociais são elencados como campos de fornecimento de Inteligência Humana e, portanto, quais demandas institucionais estão em jogo, na medida em que os fornecedores de dados e os tipos de dados fornecidos apontam para os alvos da Agência, do comandante ou do líder, no tocante à produção de conhecimento. Pelo lado dos próprios fornecedores, a Pirâmide de Inteligência nos permite um mapeamento social dos indivíduos que compõem as redes de *Humint*, bem como a relação de cooptação, colaboração e coerção que leva estes indivíduos a fornecer os dados. Ou seja, ela permite “capturar” e “farejar” (como na analogia feita por BLOCH, 2002, p. 54) os homens e as mulheres por trás de uma atividade tão aparentemente mecanicista, como a de fornecimento de dados de Inteligência.

Um exemplo desta adaptação, utilizado em tese doutoral, se refere às atividades de Inteligência da Polícia Política de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (PACHECO, 2016). Os Delegados Especiais, encarregados do Serviço Secreto, se valiam de dados fornecidos por investigadores de polícia disfarçados, militares, partidários, líderes sindicais, funcionários de embaixadas, jornalistas, jornalistas, estudantes – mormente os ligados à UNE – boêmios, meretrizes, delatores ocasionais e eventuais prisioneiros políticos sob interrogatório. Organizando estas fontes de cima para baixo na Pirâmide, conforme sua consistência e confiabilidade, construímos o seguinte quadro: Investigadores infiltrados e membros do Partido Comunista ou da Ação Integralista no topo; sindicalistas, militares e estudantes logo abaixo; jornalistas; delatores ocasionais e denúncias por parte dos cidadãos próximos à base;

taverneiros, malandros e prostitutas acima apenas da última categoria; acareações, depoimentos e testemunhos de presos políticos na base.

Assim, a Pirâmide de Humint permitiria averiguar as origens, a valoração e o gerenciamento dos *speculatores* e *indices* que serviam aos generais romanos, esquematizando as formas de coleta de Inteligência demonstradas por Sheldon (2005), onde os comandantes recebiam informações da parte de batedores sobre tropas e terrenos inimigos, notícias trazidas por viajantes, comerciantes e emissários, e colaboração de indivíduos oriundos das populações nativas dos territórios ocupados pelos romanos. Permitiria, também, analisar o trabalho da unidade de informações e contrainformações da FEB durante a Segunda-Guerra Mundial que, vulnerável a espões alemães, empreendeu espionagem e contraespionagem por meio de oficiais e sargentos, auxiliados por agentes italianos locais, de relatos trazidos pelas patrulhas de reconhecimento, do interrogatório de prisioneiros alemães, da colaboração dos *partigiani* italianos e até mesmo da população local (WOLOSZYN, 2022). Na mesma direção, é possível esquematizar e lançar luz sobre os confidentes pelos quais pagava o Cardeal Richelieu, cujas informações o teriam tornado “o homem mais bem informado da Europa durante o reinado de Luís XIII”, ou sobre os espões que trabalhavam para o metódico Wilhelm Stieber na segunda metade do século XIX (NAVARRO, 2009). Isto em apenas alguns exemplos.

Lidando com a questão do segredo: fontes e metodologia de análise

Mas, mesmo munidos de conceitos e classificações, estamos lidando com o passado de pessoas que atuaram sob o manto do sigilo. Isto significa que suas identidades, ações e resultados foram segredos guardados pelos seus empregadores. E não ajuda em nada o fato de grande parte deles ser gente comum, que não costuma deixar vestígios de suas biografias. Então, diante do caráter secreto da espionagem e da obscuridade dos segmentos sociais que normalmente a compõe, como proceder uma análise histórica acerca de seus personagens e suas ações?

Felizmente, o segredo sob o qual operam os espões não se constitui em empecilho total. Evidentemente, o historiador nunca terá acesso “em tempo real” às atividades qualquer Agência ou Força Armada, na medida em que são, claro, confidenciais. Mesmo que as tivesse, expor tais fontes seria, no mínimo, inadequado, para não dizer inaceitável de um ponto de vista ético e legal. Isto é uma limitação incontornável para historiadores do Tempo Presente que estejam analisando conjunturas simultâneas aos seus estudos, como, por exemplo, tentar fazer uma História da Espionagem referente à Guerra da Ucrânia, durante o próprio conflito.

Mas a pressa é um sentimento ao qual a historiadora ou historiador não deveria se submeter. Neste caso porque, como argumentou Navarro (2009, pp.153-175), ainda que boa parte da documentação referente ao trabalho secreto seja perdida ou mesmo destruída, documentos oficiais dos órgãos de Inteligência tem se tornado acessíveis por meio de legislações de disponibilidade de tais fontes, após determinado tempo transcorrido de sua produção. Assim, países com Estados Democráticos de Direito consolidados tem normas que tornam públicos até mesmo documentos classificados como “secreto” e “ultrassecreto”, passados 20 ou 30 anos. A CIA inclusive tem um

programa voluntário de abertura de documentos, o *Freedom of Information Act Electronic Reading Room*⁷. Importantes para consolidar a democracia, esta liberação possibilita pesquisas, teses, monografias, artigos e assim por diante. Ademais, Estados com passado ditatorial preservam e disponibilizam ao público a documentação produzida por seus órgãos de repressão, o que permite uma reflexão do duro passado destes países. É o caso do Brasil: o Arquivo Nacional disponibiliza a documentação referente ao Serviço Nacional de Informações, órgão de Inteligência vigente durante a Ditadura Militar⁸.

Somados a estes documentos, temos também manuais técnicos acerca de procedimentos de espionagem, como o publicado pela Delegacia de Polícia Política em 1943⁹ e o Manual Oficial de Truques e Espionagem, produzido pela CIA em 1949 (MELTON e WUALLACE, 2010). Arquivos ou bibliotecas militares também guardam relatos deste tipo de atividade em conflitos passados. Ademais, fontes como aquelas que se referem a administração de Francis Walsingham, que produzia “Inteligência” para a rainha Elizabeth, são conhecidas há séculos. Crônicas e manuais militares como os de Sun Tzu, Enéas e Tito Lívio, bem como narrativas como as dos espões enviados por Josué a Jericó, circulam desde a antiguidade. E, fora do âmbito “oficial”, fontes jornalísticas, algumas datadas desde o século XVI, também abordam relatos de espionagem, no caso, aqueles que lamentavelmente vazaram e se tornaram públicos em seu tempo (NAVARRO, 2009, pp.153-175).

Estas fontes permitem muitos tipos de análises diferentes: institucionais, comparativas, operativas, conceituais, discursivas etc. Elas podem e devem ser escrutinadas conforme os procedimentos praticados pelo ofício do Historiador, considerando a natureza de cada uma delas. Isto nos leva ao que Barros (2019, pp.25-60) chama de “taxonomia das fontes históricas”, ou seja, os critérios para ordenar as fontes conforme suas especificidades em relação ao objeto, que vem a ser a *distância* da fonte em relação ao problema; o material e a linguagem de composição que definem a *qualidade* da fonte; a *intencionalidade* da produção do conteúdo; e o volume que determina sua *serialidade*.

Em relação à distância, os relatórios oficiais de órgãos Inteligência, bem como crônicas ou relatos de guerra que tratem de coleta, análise de dados e Operações Encobertas, brotam das entranhas destas atividades, sendo imediatas a elas. São sempre documentos escritos e formais, de acordo com cada contexto histórico, embora crônicas ou livros escritos para o público em geral possam ter a preocupação de explicar certos termos do *metiér*. Quanto à intencionalidade, seu objetivo é apresentar os resultados obtidos aos leitores, a um superior hierárquico ou a um chefe de Estado. E sua serialidade varia enormemente, podendo referir-se a um único caso ou contexto, mas também apresentar uma série mais ampla, sobretudo no caso de Agências de Inteligência a partir do século XX.

Isto posto, embora os relatórios de Serviços Secretos, Polícias Políticas e Comandantes nos remetam em primeira mão à Espionagem e as Operações Encobertas empreendidas em determinado contexto, eles também impõem ao historiador toda a cautela e criticidade em relação às fontes exortadas por Marc Bloch (2002). Sendo documentos oficiais, estas fontes estão repletas de jargões e formalidades

⁷ <https://www.cia.gov/readingroom/historical-collections>, acesso em 24 de junho de 2023, 12:44.

⁸ <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/servico-nacional-de-informacoes-2>, acesso em 24 de junho de 2023, 12:46.

⁹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Conferência Nacional de Polícia Política. Fundo DESPS, Notação 921.

redundantes ou inibidoras de gravidade, já que sua narrativa submetida as tensões e anseios de quem precisa agradar um superior hierárquico, ou príncipe, um líder ou um comandante. Assim, relatórios com o que a CIA produziu, com o fim de averiguar as causas e consequências da falha da Comunidade de Inteligência dos EUA em prever a Guerra Árabe - Israelense defensivo. Embora seja um documento oficial tanto quanto tais análises da CIA, um relatório anual da Polícia Política do Estado Novo apresenta distinções próprias, com tom inquisitorial e cacoetes policialescos. Aliás, a ânsia de agradar ao superior hierárquico ou a um chefe de Estado, presente em toda documentação deste tipo, é especialmente acentuada quando falamos de ditaduras e órgãos voltados para a Segurança Interna, onde se vê hiperbolismos quanto a inimigos internos, bajulações aos chefes, e espiões ansiosos por oferecer informações alarmantes que, na verdade, são mentiras ou meros exageros, narrativas construídas com diferentes graus de habilidade com o fim de justificar o próprio emprego ou solicitar melhorias com o aumento d

É ingênuo, portanto, considerar tais fontes como espelhos de sua época – equívoco, aliás, inerente a qualquer tipo de fonte histórica, com o acento de que estamos falando de documentos produzidos por homens e mulheres envolvidos com disfarces, desinformações, delações, sequestros, assassinatos e propaganda. Oficiais de Inteligência, agentes e espiões almejam agradar seus recrutadores ou chefes, e as próprias Agências se encontram dentro das disputas políticas de poder do Estado, novamente, com especial acento para ditaduras (DA SILVA, 2010). Assim, documentos oficiais de Inteligência refletem e ocultam a realidade conforme a ótica e os interesses de seus funcionários, individualmente num primeiro nível – quem redigiu o documento, qual sua posição dentro da estrutura do governo, agência ou tropa, quais suas pretensões pessoais e profissionais, etc - das Agências, seções ou unidades num segundo nível – justificando sua relevância, “mostrando serviço” ou requisitando mais recursos - e, por fim, dos governos aos quais servem e que lhes financiam – a agenda política a ser seguida.

Noutro lado, no caso de livros destinados ao público em geral, seus autores buscam exaltar os feitos realizados, coisa que não se faz sem algum grau, consciente ou inconsciente, de hiperbolismos ou até mesmo cabotinismo. Estas fontes nem descrevem diretamente quem são os espiões ou agentes ou como foram recrutados, pois seu objetivo é muito mais expor os resultados – positivos! – dos empreendimentos do que descrevê-los. Nestes casos, como os dos relatórios oficiais, as orientações de Carlo Ginzburg (1989, pp. 143-274) quanto aos indícios deixados em cada documento, sobretudo pistas sutis ou mesmo involuntárias acerca dos próprios autores de relatórios oficiais, são particularmente úteis.

No caso de manuais e demais obras de orientação, a distância temporal em relação aos fatos se amplia, na medida em que os autores compilam suas experiências e as experiências de outros profissionais, a fim de fazer apanhados didáticos para cada tópico abordado. A formalidade e tecnicidade costumam ser ainda mais apurados, demandando ao historiador se familiarizar com o meio institucional produtor do manual – Exército, polícia, Escolas de Pensamento, etc. Nestes casos, a intencionalidade do autor é direta no sentido do que ele deseja ensinar, ou, do tipo de sujeito que ele almeja fabricar, mas deve-se ter em tela o fato de que de um determinado padrão de procedimento ser descrito não significa que ele foi alcançado em algum momento. Colocando de outra forma, manuais e crônicas sobre a importância e aplicação da espionagem não são garantia alguma de que a importância foi, de fato, suprida, muito menos de que a aplicação, de fato, se deu conforme descrita. Por exemplo, o manual de

serviço secreto da Polícia Política do Estado Novo descrevia técnicas de ocultação de mensagens em objetos pequenos e até fórmulas químicas de tinta invisível, estabelecendo, também, uma lista tão extensa e exigente de atributos para um espião que é de se questionar se alguém pudesse supri-la¹². E os relatórios da própria Polícia Política varguista alertam para os exageros deliberados e ingenuidades de seus próprios espiões, razão pela qual: “Suas informações, (...) não são aceitas sem maior exame, pois em razão do meio em que vivem, são muitos agentes impressionados por boatos e fantasias entusiásticas de certos conspiradores de café.”¹³. Isso sem contar os esquemas para forjar dados deliberadamente falsos, a fim de desviar parte da verba secreta destinada à espionagem (NASSER, 1946).

Portanto, nos casos dos Manuais de Espionagem, seria necessário cruzar as descrições do manual com estudos de caso concretos em relação ao contexto. Isto nem sempre é possível, pela ausência de fontes que possam ser cotejadas neste sentido. Mas, quando as fontes estão disponíveis, estudos deste tipo podem ser estudos de caso minuciosos, sem contar saborosos exemplos de improviso, amadorismo ou ingenuidade.

Sobre reportagens de jornais, estamos falando de fontes periódicas voltadas para as massas enquanto meio de comunicação. Neste sentido, os jornais não se restringem a ser somente meios de transmissão de informações, mas comunicam ideias, valores e discursos. Quanto a qualidade, deve-se notar que o jornal se vale de recursos gráficos como charges e fotos que influenciam diretamente no entendimento do leitor, além de em linguajar de acordo com cada jornal, que também é uma composição multiautoral na medida em que cada jornalista e colunista escreve a seu modo. Tais composições se apresentam como uma exposição de fatos reais e verídicos (BARROS, 2019, pp.179-252).

Assim, o elemento da *intencionalidade* é o mais direto possível quando um historiador utiliza fontes jornalistas para uma história da Espionagem e das Operações Encobertas, pois o jornalista está se propondo a elucidar os mesmos fatos que interessam ao historiador. Não obstante, em relação à *proximidade*, uma reportagem acerca de casos ou figuras envolvidas com Espionagem e Operações Encobertas está a uma considerável distância dos fatos, cujos dados são colhidos por um jornalista e contados a partir da própria narrativa do autor, crivada do perfil editorial do periódico, do estilo do jornalista, e dos objetivos sociais e políticos em relação à divulgação da reportagem. Isto demanda identificar os interesses sociais, políticos e econômicos inseridos na narrativa em torno do caso ou do personagem, sobretudo se o jornal ou repórter pertence ao país que é autor da operação de espionagem, ou se dele é vítima.

Na mesma direção, o jornal é composto não apenas de texto, mas de imagens, charges, ilustrações e fotos, que se tornam parte da narrativa que está sendo construída, sempre segundo interesses específicos. Por exemplo, temos várias reportagens da mídia ocidental sobre a espiã russa Anna Chapman, que operou durante anos nos Estados Unidos, se envolvendo com figuras do FBI e do governo. As reportagens insistem menos no grau de infiltração de Chapman e nos reais efeitos de suas

¹⁰ <https://www.cia.gov/readingroom/collection/president-nixon-and-role-intelligence-1973-arab-israeli-war>, acesso em 25 de junho de 2023, 10:38.

¹³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Setor Administração. dossiê 1. pasta 1-g.

¹² “Qualidade de confiança, sentido comum, dom de inspirar confiança, indulgência, ser muito observador, boa memória, ser preciso, analítico, diplomático, hábil em simular, ter habilidade para mover-se furtivamente, calma, naturalidade e exatidão, ser calado, fértil em recursos, probo, integro, seguro, corajoso, paciente e constante, abnegado, ter domínio sobre si mesmo, renunciar a aplausos; sentido humano, sentido de tempo e espaço, manter a inteligência aberta; valorizar os fatos fria e metodicamente, sem preconceitizado (sic)” (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Setor Administração. dossiê 1. pasta 1-g.

conexões para o jogo da Inteligência, do que no apelo sexual da espiã, inclusive por meio de fotos que demonstram a beleza da agente, além de menções a desfiles de moda, roupas sensuais e até propostas de filmes pornográficos¹⁴. Aqui retornamos à insistente construção de gênero da espiã como *Femme Fatale*, projetando uma visão sexista, somada aos medos e aos desejos masculinos.

Avançando ainda mais no repertório de fontes, temos também as biografias de ex-espiões e as crônicas de espionagem, ampliando o leque de possibilidades e ajustando o foco de nossa análise do escritório de quem redige o relatório para a vida do agente de campo. Este tipo de fonte é abundante, na forma de livros, reportagens e biografias acerca dos homens e mulheres que tomaram parte na espionagem (NAVARRO, 2009, pp.162-165). A guisa de exemplo, ver os trabalhos de Kathryn Atwood (2011, 2014), Shareen Blair Brysac (2000), Ben Macintyre (2020) e Gilles Perault (1970), entre muitos outros.

Pois bem, se os relatórios e documentos oficiais tem seu próprio jargão e estão numa distância imediatamente próxima aos fatos narrados, as biografias de espiões e de agentes, que apresentam linguajar menos formal e burocrático, brotam das próprias entranhas do ocorrido. Ao menos em tese. Porque, em relação a intencionalidade, elas se propõem a ser relatos excitantes, novelescos, ou ao menos, significativos, da trajetória das pessoas envolvidas em atividades secretas. É justamente esta intencionalidade de se atribuir importância aos personagens que leva a mais hiperbolismos, se não a mentiras em si. Aqui entra a função do historiador como detetive, conforme ensinado por Marc Bloch (2002) e Carlo Guinzburg (1989, pp. 143-274), que vem a ser observar, pescar os detalhes, averiguar plausibilidades. Não se deve acreditar em tudo o que se relata, ainda mais sendo redigido por alguém que trabalhou com espionagem.

Mas, tomados os devidos cuidados, este tipo de fonte também permite abordagens relacionadas à Micro História e à Biografia. No caso de uma Micro História, investigar a vida de um espião em específico permite não apenas compreender figuras normalmente anônimas na História, mas também observar um contexto maior – a Primeira Guerra Mundial ou a Ditadura Militar, por exemplo – e/ou as entranhas institucionais de órgãos como a CIA, a KGB, o MI6 ou o SNI, por meio da trajetória de vida destes indivíduos. Em sentido coletivo, por meio do método Prosopográfico, conforme proposto por Stone (1971), biografias de espiões num mesmo contexto permitem compreender como determinados segmentos sociais, relacionados a gênero, raça, classe, sexualidade etc foram cooptados pela demanda da Espionagem e das Operações Encobertas, além de seu desempenho e do status interno a eles atribuído. A guisa de exemplo, falamos noutra oportunidade da atuação das mulheres nos conflitos Mundiais, demonstrando que suas atuações não se restringiam à *sexpionage*, envolveram conflito irregular e operações especiais, permitindo a várias delas distinções várias na forma de medalhas e patentes (PACHECO, 2022b).

Noutra direção, biografias de espiões famosos, ou de figuras históricas envolvidas com a espionagem, como Francis Walsingham, podem ser focalizadas especificamente em relação ao recrutamento, motivações, treinamento e trabalho efetivo como agentes. A guisa de exemplo, analisando uma parte específica da conhecida biografia da revolucionária alemã Olga Benário Prestes, identificamos que ela efetivamente atuou como agente secreta na Inglaterra e na França, além de ter

¹⁴ <https://www.google.com/search?q=Anna+Chapman&oq=Anna+Chapman&aqs=chrome..69j57j46i13i512j0i13i30i7.3356j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

sido submetida a treinamento paramilitar, características que, somadas a sua inegável paixão comunista (o I de *ideology* do acrônimo MICE), fizeram com que o *Comintern* a escolhesse como guarda costas de Luís Carlos Prestes na equipe enviada ao Brasil para fomentar a revolta comunista de 1935 (PACHECO, 2022c). Esta espécie de “microbiografia” seria o recorte específico de um aspecto específico de uma biografia em particular - no caso, a trajetória do personagem histórico como agente - e pode ser útil para estudos de caso no campo da Espionagem e Operações Encobertas, lançando luz sobre motivações humanas relacionadas à prática, e sobre a efetividade tanto de treinamentos quanto de práticas testadas em diferentes contextos.

Conclusão

Por tudo que foi aqui exposto, a Espionagem e as Operações Encobertas se constituem em objetos significativos, numa intersecção entre a História Política e Militar. A partir de conceitos como o acrônimo MICE e a Pirâmide de Humint, podemos fazer uma história de carne e osso, humana, das mulheres e homens que tomaram parte destas atividades na História. Tais instrumentos se somam a ferramentas há décadas disponíveis aos historiadores, como os conceitos teóricos de apadrinhamento, corrupção ou status, os estudos de gênero, a prosopografia, entre outros.

Desta forma, estamos diante de um campo rico de estudos, cujo segredo não se constitui em barreiras na forma de documentos desclassificados, manuais, reportagens e biografias. O segredo inerente à espionagem não é um empecilho ao historiador, que pode lançar luz sobre figuras historicamente ocultas sob o manto de uma atividade que demanda, acima de tudo, o sigilo.

Fontes e bibliografia citada

ANTUNES, Priscila C. B. *SNI&Abin: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANDREW, Christopher. *The Sword and the Shield: the Mitrokhin archive*. Basic Books: New York, 2001.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Conferência Nacional de Polícia Política*. Fundo DESPS, Notação 921.

_____. *Fundo Polícias Políticas*. Setor Administração. Dossiê 1. pasta 1-g.

ATWOOD, Kathryn. *Women Heroes of World War I: 16 Remarkable Resisters, Soldiers, Spies and Medics*. Chicago Review Press, 2014.

_____. *Women Heroes of World War II: 26 Stories of Espionage, Sabotage, Resistance and Rescue*. Chicago Review Press, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História 1 – Princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis:

Vozes, 2011.

_____. **O Uso dos Conceitos - uma abordagem interdisciplinar**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

_____. **Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BAR-ZOHAR, Michael, e MISHA, Nissim. **Mossad: As Grandes Missões do Serviço Secreto Israelense**. Dom Quixote: Córdoba, 2012.

BLANC, Claudio. **O Lado Negro da Cia**. São Paulo: Idea, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História e o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: 2002.

BRYSAK, Shareen Blair. **Resisting Hitler: Mildred Harnack and the Red Orchestra**. Oxford University Press, 2000.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

CHARNEY, David L.; IRVIN, John A. **A Guide to the Psychology of Espionage**. AFIO's Intelligencer Journal, 2014.

CHALOU, George C. (org). **The Secrets war: the Office of Strategic Services in World War II**. United States: National Archives and Records Administration. Proceedings of a conference sponsored by and held at the National Archives in Washington, D.C.1991.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Revista das revistas • Estud. av. 5 (11), Abr 1991.

CIA. **Freedom of Information Act Electronic Reading Room**. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/historical-collections>, acesso em 24 de junho de 2023, 12:44.

_____. **Carees: Staff Operations Officer**. Disponível em: <https://www.cia.gov/careers/jobs/staff-operations-officer/>, acesso em 21 de setembro de 2023, 18:20.

_____. **Carees: Paramilitary operations officer**. Disponível em: <https://www.cia.gov/careers/jobs/paramilitary-operations-officer/>, acesso em 21 de setembro de 2023, 18:20.

CORMAC, Rori. **The Pinprick Approach. Whitehall's Top-Secret Anti-Communist. Committee and the Evolution of British Covert. Action Strategy**. Journal of Cold War Studies. Volume 16, Number 3, Summer 2014.

CRUMPTON, Henry A. **A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI**. Barueri: Novo Século, 2013.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. (org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de

Janeiro: Multifoco: Tempo, 2010.

_____. **Sobre os Tribunais do Terceiro Reich, os fascismos e ditaduras: o que ainda há para estudar?** In: SHUSTER, Karl; LAPSKY, Igor; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SILVA, Giselda Brito. (Org.). **Velhas e Novas Direitas: a atualidade de uma polêmica**. Recife: EDUPE, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HERMAN, Michael. **Intelligence power in peace and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.: p. 61-66.

KEEGAN, John. **Inteligência na Guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão À Al-Qaeda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACINTYRE, Ben. **Agent Sonya**. New York: Crown, 2020.

MELTON, Heith H. e WALLACE, Robert. **CIA: Manual oficial de truques e espionagem**. São Paulo: Lua de papel 2010.

NASSER, David. **Falta alguém em Nuremberg: Torturas da polícia de Filinto**. Rio de Janeiro: J.Ozon, 1946.

NAVARRO, Diego. **Tres mil anos de informacion y secreto**. Plaza y Valdes: Madir, 2009.

PACHECO, Thiago da Silva. **Da Ditadura à Democracia: Atividades de Inteligência da Polícia Política no Estado Novo e na República de 1946**. Tese de Doutorado - PPGHC. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

_____. **Trabalhando para Vargas: Agentes Secretos, Espiões e delatores no Estado Novo**. LOCUS (UFJF), v. 25, p. 107-131, 2019.

_____. **Investigadores, Delegados e Chefes de Polícia: transição do Estado Novo e permanências autoritárias no período democrático (1946)**. História: Questões e Debates, v. 70, p. 235, 2022.

_____. **Mulheres, Espionagem e Serviço Secreto: uma análise prosopográfica nas duas guerras mundiais**. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 37, p. 75-99, 2022b.

_____. **Olga, a Agente Secreta**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, v. 35, p. 82-102, 2022c.

PERRAULT, Gilles. **The Red Orchestra: the anatomy of the most successfull spy ring of World War II**. Simon and Shuster, Nem York, 1970.

RADSAN, A. John. **An Overt Turn on Covert Action**. Saint Louis University Law Journal: 2009.

RANK, Michael. **Espiões, Espionagem e Operações Secretas - Da Grécia Antiga à Guerra Fria**. Five Minute Books, 2015.

REMÓND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa (Tomo 1)**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

- ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SHELDON, Rose Mary. **Intelligence Activities in Ancient Rome: Trust in the Gods but Verify (Studies in Intelligence)**, London: Routledge, 2005.
- SHULSKY, Abram. **What is Intelligence? Secrets and competition among states**. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. **US Intelligence at the crossroads: agendas for reform**. New York: Brassey's, 1995.
- SIMS, Jennifer. **What is Intelligence? Information for decision makers**. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. **US Intelligence at the crossroads: agendas for reform**. New York: Brassey's, 1995.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Recife: S.O.S Corpo, 1991.
- SOARES, Luis Carlos; VAINFAS, Ronaldo. **A Nova História Militar**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SOIHET, Raquel. **História, mulheres, Gênero: contribuições para um debate**. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.
- STONE, Laurence. **Prosopography**. In: *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, vol. 100, nº 1, 1971, p. 46-79.
- SUN TZU. **A arte da guerra**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record 1995.
- TURNBULL, Stephen. **The Ninja: An Invented Tradition?** *Journal of Global Initiatives: Policy, Pedagogy, Perspective* : Vol. 9: No. 1, 2015.
- VOLKMAN, Ernest. **A História da Espionagem**. São Paulo: Escala, 2013.
- WEST, Nigel. **Historical Dictionary of Sexspionage**. Lanham: Scarecrow Press, 2009.
- WOLOSZYN, André Luís. **A Guerra nas Sombras: os bastidores dos Serviços Secretos internacionais**. São Paulo: Contexto: 2013.
- _____. **O Serviço de Informações e Contrainformações da FEB na Itália**. *Revista do IGHMB – ANO 81–nº 109–2022*.
- WIANT, Jon A. **A Guide to the Teaching About Covert Action**. *Journal of U.S. Intelligence Studies*, Volume 19, Number 2, 2012.
- WHITE, Rosie. **Violent Femmes: Women as spies in popular culture**. New York: Routledge, 2007.